

# ENGENHO DE AÇÚCAR DA ALCAIDARIA DE SILVES

**ROSA VARELA GOMES** Departamento de História, Universidade Nova de Lisboa, FCSH.  
rv.gomes@fcsb.unl.pt

**RESUMO** Identificámos, durante intervenção arqueológica no sector poente do Castelo de Silves, testemunhos da alcaidaria que possuía, em anexo, engenho de açúcar. Este, é similar a outros exemplares reconhecidos, também, a partir de escavações arqueológicas, em Chipre, nomeadamente no arqueossítio de Couvoucle-Stavros, datado dos fins do século XIII, tal como no designado Castelo de Piscopia, já da centúria seguinte e localizado, de igual modo, junto a área palatina.

Os primeiros “ensaios” referentes à produção de açúcar terão sido promovidos pelo Infante D. Henrique, alcaide-mor de Silves, que controlaria aquela produção, inicialmente no Algarve e depois na Ilha da Madeira.

**PALAVRAS-CHAVE** Açúcar, Alcaidaria, Silves, D. Henrique

## 1. INTRODUÇÃO

O Castelo de Silves constitui uma das mais importantes e melhor conservadas fortificações islâmicas do actual território português tendo, na Idade Moderna, perdido importância militar e política, devido não só à sua localização, como à implementação de novas estratégias defensivas. No entanto, Silves no início da modernidade era a mais importante cidade do Algarve, sede de bispado e por onde passava uma das vias de comunicação que ligava aquela região ao Reino de Portugal. Os documentos indicam que na cidade e no seu Castelo terá permanecido o Infante D. Henrique, assim como importantes vultos ligados à Expansão; possivelmente durante grande parte do mês de Março de 1450 (Iria, 1989, p. 43, 44; Pereira, 1915, p. 275; Sousa,

1991, p. 41). Ulteriormente, o rei D. Afonso V concedeu ao Infante D. Henrique, seu tio, em 15 de Fevereiro de 1457, a alcaidaria de Silves, com os direitos inerentes a vasto e rico território.

O Infante teria de, pelo menos, passar pela cidade e, eventualmente, ali pernoitar, quando se deslocava a Almadanim ou Estombar, onde realizou despachos, ou quando viajava até Castro Marim, Tavira, Portel, para se encontrar com o irmão, o rei D. Duarte, ou a Évora, para estar com o sobrinho, o rei D. Afonso V (Iria, 1989, p. 27, 46, 47, 74; Sousa, 1991, p. 41).

Confirmando a importância daquele local, D. Sebastião terá ficado instalado na alcaidaria, quando visitou Silves, tendo ali permanecido na noite de 27 de Janeiro de 1573. Mais tarde, em 1600, conforme regista Henrique Fernandes Sarrão, o Castelo, encontrava-se já desabitado

M.V. Gomes



1. Castelo de Silves – Vista de sudeste.

e entulhado. Este aspecto pode ter contribuído para a preservação dos testemunhos arqueológicos que, desde 1984, ali temos vindo a pôr à vista (Gomes, 2003; Gomes, 2009).

## 2. A ALCAIDARIA E O ENGENHO DE AÇÚCAR

Com a implementação, pela Câmara Municipal de Silves, de projecto de musealização do seu Castelo, no âmbito do Programa Silves Polis, prosseguimos os trabalhos arqueológicos, entre 2003 e 2007, naquele local.

O projecto referido permitiu a recuperação e restauro dos dois palácios islâmicos que ali tínhamos identificado, tornando-os visitáveis e tornou possível, de igual modo, o acompanhamento arqueológico de todas as zonas que iriam ser intervencionadas e, em particular, a escavação de boa parte do sector poente daquela estrutura defensiva.

Ali reconhecemos, sobre edificações islâmicas, espaço habitacional que atribuímos à alcaidaria, embora só parcialmente intervencionado, encostando-se ao pano de muralha muçulmano e que apresenta, por ora, planta de forma sub-rectangular. Dele subsistem parte de sete compartimentos, do piso térreo, numerados em função do avanço da escavação arqueológica, dos quais apenas um (compartimento 6) foi totalmente escavado, e sector da escada de acesso a piso superior. Estas edificações foram construídas em alvenaria de pedra (grés vermelho), ligada com forte argamassa, de cal e areia.

No compartimento 1 pusemos à vista estrutura circular, bem definida por espessa camada de massa de cal e areia, oferecendo, centralmente, base de planta circular, onde assentava, reutilizada, mó cilíndrica, de calcário, medindo 0,64 m de diâmetro, que suportaria eixo vertical. Elemento idêntico foi recolhido encostado à face norte da parede que delimita o compartimento contíguo ao mencionado, medindo 0,65 m de diâmetro. Os testemunhos identificados permitem considerar tratar-se de engenho de moagem accionado por tracção animal, assente sobre restos de pavimento muçulmano.

O compartimento 2 situa-se a sul do que acabámos de descrever e mostra, a nascente, parte de escada, de que subsistem três degraus, que deveria dar acesso a piso superior.

Verificámos que o compartimento 3, localizado a sul do anterior, apresenta, ocupando grande parte do seu espaço, restos de abóbada formada por blocos de grés, alguns dispostos de cutelo, ligados por forte argamassa de cal e areia, caída *in loco*. Sob esta pôs-se a descoberto, junto do pano de muralha, pavimento constituído por massa fina, de areia e cal, parcialmente abatido, que acompanhava elementos de arcaria, de grés vermelho, pertencente a vão, encimado por arco ogival.

No compartimento 5, reconhecemos muro, paralelo à muralha, apresentando, na face virada a norte, sigla de canteiro, e assentando em patamar de escada, com dois lances, pertencente à fase final da permanência muçulmana naquele local. A escada referida permitiria o acesso ao passeio de ronda e foi reutilizada nas Idades Medieval e Moderna.

Os compartimentos 1, 6 e 7 correspondiam a áreas exteriores ao espaço habitacional da alcaidaria, tendo ali funcionado o engenho para a produção de açúcar e seus anexos.

Os testemunhos arquitectónicos medievais cristãos, reconhecidos neste sector, melhor conservados que os situados no sector nascente do Castelo, prolongam-se naquela direcção e integravam, eventualmente em pátio interior, a denominada Cisterna dos Cães, profundo poço com nora. Eles encontravam-se sobre estruturas islâmicas, dos finais do século XII e dos inícios da centúria seguinte que, em parte, reutilizaram.

### 2.1 Espólio

Recolhemos numismas e, em particular, fragmentos de cerâmicas que incluem, os mais completos, exemplares com as superfícies esmaltadas, vidradas tal como produzidos com pastas e superfícies de cores vermelhas ou castanhas.

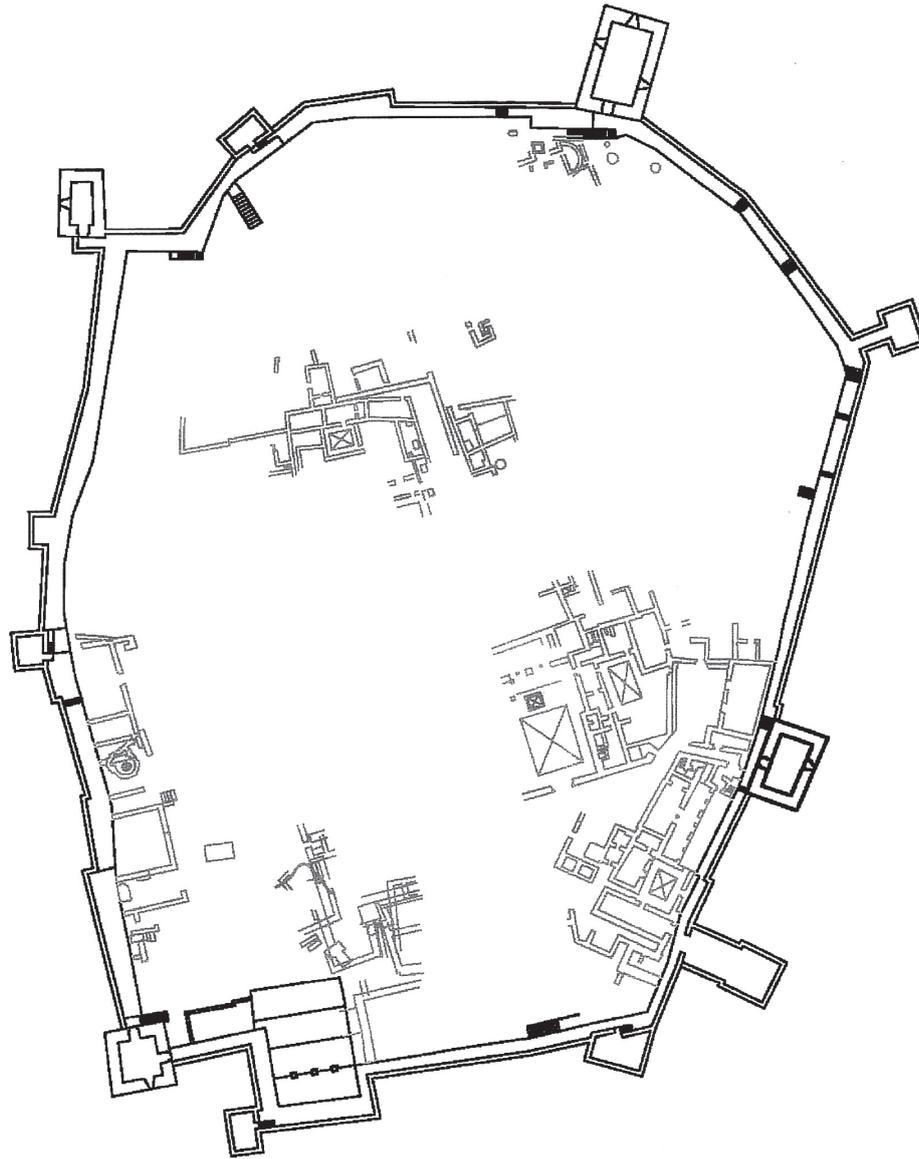
#### 2.1.1 Numismas

Entre os numismas contam-se quatro dinheiros, em bolhão, cunhados três deles (Q1238/C1B-1; Q1129/C1B-9; Q1146/C1B-1) no reinado de D. Afonso III (1248-1279) e um (1124/C1B-3) no de D. Dinis (1279-1325). Identificámos, igualmente, três moedas cunhadas no reinado de D. João I (1385-1433), sendo duas de bolhão e uma de cobre, correspondendo, respectivamente, a quarto de real de dez soldos (Q1228/C1B-4), a meio real branco (Q1075/C1B-7) e a real preto (Q1228/C1B-3). Ali também encontrámos ceitel (Q1123/C1B-2) e meio real preto (Q1045/C1B-3), cunhados no reinado de D. Afonso V (1438-1481).

#### 2.1.2 Cerâmicas

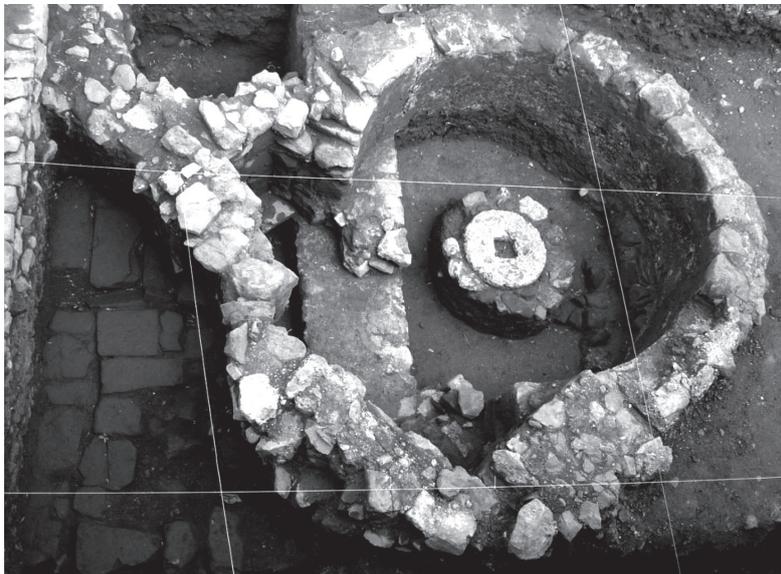
Exumámos fragmentos fabricados com pastas homogéneas e compactas, de cor bege, apresentando as superfícies esmaltadas, de cor branca ou bege, pertencentes a taças e a pratos. Destes, dois contêm porção do bordo, possuindo lábio de secção semicircular, sendo em um dos exemplares extrovertido (Q1075/C1B-5) e mostrando outro (Q1196/C1B-1) decoração pintada, na superfície interior, na cor azul de cobalto. Esta é constituída por quatro linhas circulares, concêntricas, dispostas duas junto ao bordo e, igual

Silvia Costa



2a. Planta esquemática da área intervencionada.

M. V. Gomes

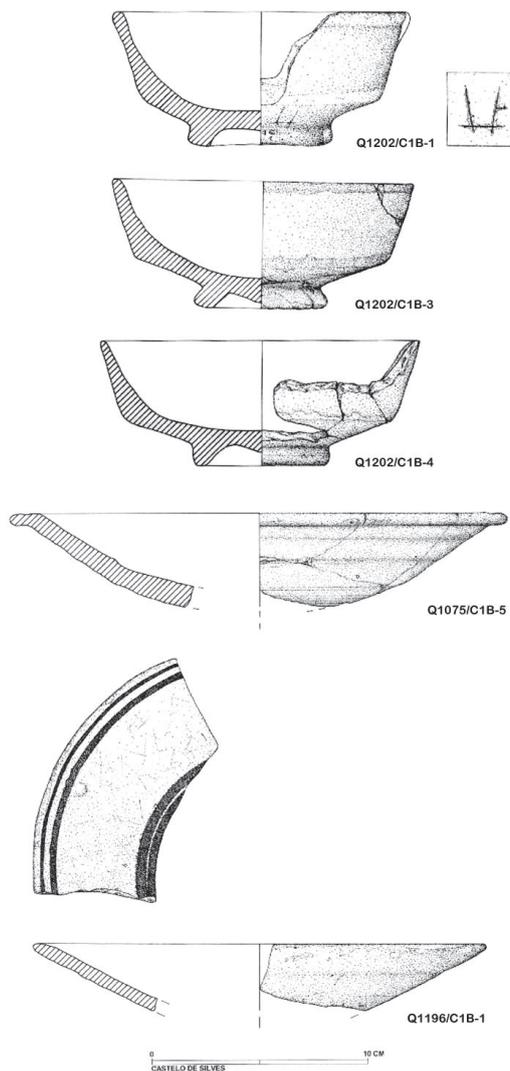
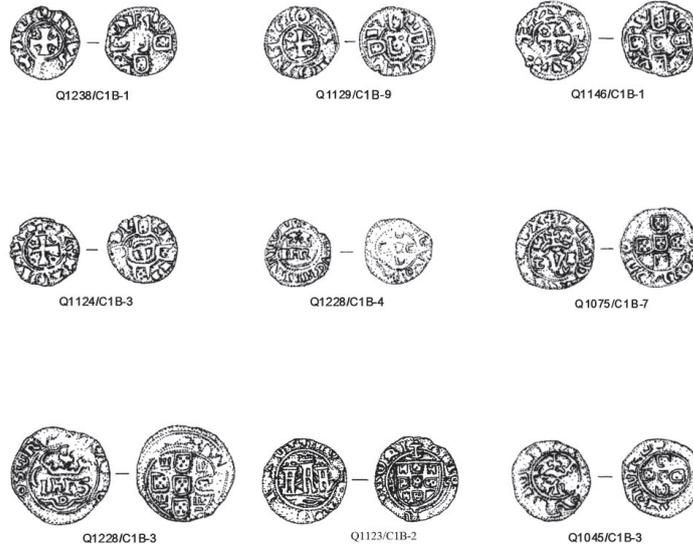


2b. Vista do engenho de açúcar.

C. Estrela



2c. Vista de escada que permitia aceder ao adarve.



3. Numismas e cerâmica esmaltada.

número, delimitando o interior do fundo.

As taças apresentam forma troncocónica, com bordo subvertical e lábio de secção semicircular. As carenas são baixas. Assentam em pé anelar. Três exemplares possuem perfil completo (Q1202/C1B-1; Q1202/C1B-3; Q1202/C1B-4; Q1256/C1B-1), um parte do bordo e do corpo (Q1129/C1B-12) e outro parte do fundo (Q1202/C1B-2; Q1203/C1B-2). Um deles (Q1202/C1B-1) mostra, na superfície exterior, entre a carena e o pé, marca esgrafitada de aspecto leteriforme.

Três dos fragmentos de taças acima referidas oferecem decoração pintada, no interior do fundo, na cor azul de cobalto, constituída por motivos de carácter fitomórfico (Q1202/C1B-2; Q1203/C1B-2) ou geométrico (Q1256/C1B-1). Este último é formado por quatro linhas circulares, concêntricas, dispostas duas junto ao bordo e, por igual número, delimitando o fundo. Um dos exemplares (Q1129/C1B-12) possui, na superfície interior do fundo, decoração pintada, nas cores azul de cobalto e castanha violácea, constituída por cartela circular preenchida com motivos geométricos e ladeada por duas linhas paralelas, uma situada junto ao bordo e a outra a meio da parede. O fundo mostra quatro linhas circulares, concêntricas, e uma ondulada, pintada na cor azul de cobalto.

Três fragmentos pertencentes a taças, com o corpo de forma hemisférica e contendo porção do bordo, possuindo lábio de secção semicircular, assentavam em pé alto e anelar (Q1129/C1B-3; Q1075/C1B-1) ou conservavam apenas o fundo (Q1201/C1B-1), com decoração pintada, na superfície interior, na cor azul de cobalto.

Um daqueles exemplares (Q1075/C1B-1) exhibe ornamentação, em ambas superfícies, na cor azul de cobalto e de reflexo metálico, de tom acobreado. Esta peça oferece, na superfície interior, motivo estelar, pintado de cor azul, com seis raios equidistantes entre si, que definem espaços de forma triangular, preenchidos com a representação da árvore da vida, ladeada por arabescos, executados em reflexo metálico. A superfície exterior, algo deteriorada, mostra decoração composta por motivo vegetalista muito estilizado, inserido em cartela, definida por quatro linhas, duas de cada lado, dispostas abaixo do bordo e na zona mesial do corpo.

A uma das taças hemisféricas (Q1129/C1B-3) falta parte do fundo. Esta apresenta profusa ornamentação, na superfície interior, pintada de cor azul de cobalto. No interior do fundo mostrava medalhão, onde se inscreveria motivo de carácter vegetalista estilizado, inserido em cartela, de forma losangular, ladeado por motivos espiralados e linhas verticais, dispostas em série. Em torno daquele motivo desenvolvem-se duas outras cartelas, separadas por barras em reserva, sendo a primeira preenchida por reticulado

e a outra, junto ao bordo, contendo motivos fitomórficos, intercalados com elementos geométricos e espirais. Fragmento de fundo de taça (Q1201/C1B-1), mostra no interior medalhão central, de forma circular, no qual se insere motivo de carácter vegetalista estilizado, integrado em cartela, com forma losangular, ladeada por motivos espiralados e linhas verticais dispostas em série. Barra, em reserva, separava este motivo de outro, possivelmente constituindo reticulado, de que resta pequeno sector. Trata-se de elemento que seria semelhante ao existente na peça anteriormente descrita.

Fragmento de taça (Q1202/C1B-5), contendo porção do bordo e possuindo lábio de secção semicircular, tem carena baixa e assentava em fundo côncavo. Foi fabricada com pasta, homogénea e compacta, de cor vermelha clara, mostrando ambas superfícies vidrado, de cor castanha clara e com aspecto melado.

Exumámos fragmentos de cerâmicas fabricadas com pastas, homogéneas e compactas, de cor vermelha ou cor-de-laranja, que apresentam as superfícies na mesma cor da pasta ou de tom algo mais escuro que aquela, pertencentes a taças (Q1075/C1B-2; Q1075/C1B-3), púcaros (Q1128/C1B-2), alguidar (Q1045/C1B-2), frigideiras ou tachos (Q1203/C1B-1; Q1128/C1B-5; Q1075/C1B-4; Q1217/C1B-1) e a infusa (Q1228/C1B-1).

Duas taças mostravam bordo introvertido, demarcado no exterior por duas incisões, possuíam carena alta e assentavam em fundo plano. Às superfícies foi aplicada aguada, de tom mais claro ou mais escuro que o da cor da pasta.

Púcaro, com corpo subcilíndrico, apresenta parte do bordo, vertical, com lábio de secção semicircular, sendo provido de asa, com secção oval, assentando a extremidade superior sob o bordo e a inferior na zona mesial do corpo. Repousa em fundo plano. A superfície exterior oferece conjunto de linhas, incisas, dispostas espaçadamente, formando canelado.

Um alguidar mostrava corpo de forma troncocónica, bordo extrovertido, aplanado superiormente, com lábio de secção semicircular. Assentava em fundo plano e a superfície exterior oferece decoração, constituída por duas cartelas delimitadas por linhas incisas, preenchidas por incisões onduladas.

As frigideiras ou tachos apresentam forma hemisférica achatada (Q1217/C1B-1) ou troncocónica, assentando em fundo algo convexo, tendo um exemplar carena alta (Q1075/C1B-4). Mostram bordo, com lábio de secção semicircular, demarcado no exterior por incisão e eram providas de duas asas, horizontais e opostas, assentes no início do corpo (Q1217/C1B-1); outras possuíam bordo, com lábio de secção semicircular, demarcado por dupla incisão (Q1203/C1B-1) ou bordo inclinado interiormente e algo extrovertido, também assinalado

por incisão, com lábio aplanado superiormente, de aspecto biselado (Q1075/C1B-4), reconhecendo-se outra variante com bordo bifido (Q1128/C1B-5).

A infusa recuperada possuía corpo globular, alongado (Q1228/C1B-1). Mostra bordo alto, com lábio de perfil semicircular, ligeiro estrangulamento, na separação do gargalo com o corpo, e asa, algo sobrelevada, de secção oval, ligava a zona mesial do gargalo a ponto da superfície média do corpo. Assentava em fundo plano. Oferece decoração constituída por finas linhas incisivas, paralelas e horizontais, sobre o colo.

## 2.2 Integração cultural

### 2.2.1 Arquitectura

Conforme anteriormente referimos, pusemos à vista, no sector poente do Castelo de Silves, espaço habitacional que, embora apenas em parte intervencionado, pensamos corresponder à alcaidaria. Esta, encontra paralelos na bem próxima alcaidaria do Castelo de Loulé, também com dois pisos, adossada ao pano de muralha e ligada ao passeio de ronda através de escada.

Aquela fortificação, situada em uma das extremidades do antigo núcleo urbano, era defendida por três torres, a que se acedia através de portas com arcos ogivais, efectuando-se a ligação entre elas através do adarve (Martins, 1984, p. 4). O acesso ao seu interior realizava-se, presentemente, através de pátio que dispõe de poço.

Durante a intervenção arqueológica realizada no interior da alcaidaria do Castelo de Silves recuperámos, no compartimento 3, elementos de arcaria, que formam arco ogival, pertencente a portal e que, muito embora não tenhamos encontrado a pedra de fecho, poderia ser similar aos existentes em diversas torres daquela alcáçova ou aos das torres do Castelo de Loulé. Elementos de arcaria semelhantes foram por nós reconhecidos na escavação arqueológica que realizámos na zona da Arrochela, de igual modo no interior de espaço habitacional, destruído devido a incêndio e que, através do espólio exumado, foi atribuído aos séculos XV-XVI. O numisma mais recente ali encontrado corresponde a quatro reais de Filipe II de Espanha (1556-1598), cunhados em 1597, na cidade de Sevilha (Gomes, 2011, p. 21).

Identificámos no compartimento 1 da alcaidaria de Silves, os testemunhos de engenho de moagem que se encontrava anexo à área residencial propriamente dita e, segundo pensamos, em conexão com os compartimentos 6 e 7.

Interpretámos aquela estrutura como correspondendo a engenho de açúcar, que seria movido através de tracção animal. De facto, só a produção de algo tão

valioso como o açúcar e o controlo efectivo da sua produção, poderia, a nosso ver, justificar a presença de tal equipamento junto da alcaidaria.

Conforme mencionámos, encontra-se por intervencionar importante sector do lado nascente onde, eventualmente, se produziam e armazenavam, em espaços anexos ao engenho, os pães de açúcar.

Engenhos de açúcar, similares ao que identificámos no Castelo de Silves, foram reconhecidos, também em escavações arqueológicas, em Chipre, no arqueossítio de Couvoucle-Stavros, datado dos fins do século XIII, tal como no designado Castello de Piscopia, já da centúria seguinte, e localizado, de igual modo, junto a área palatina (Wartburg, 1995, p. 89, 96).

Em ambos locais referidos foram postos à vista a totalidade das instalações necessárias para a produção do açúcar, organizadas em espaços funcionais distintos, que permitiam a prensagem, cozedura e refinamento daquele produto, assim como o seu armazenamento, tendo em vista a ulterior comercialização.

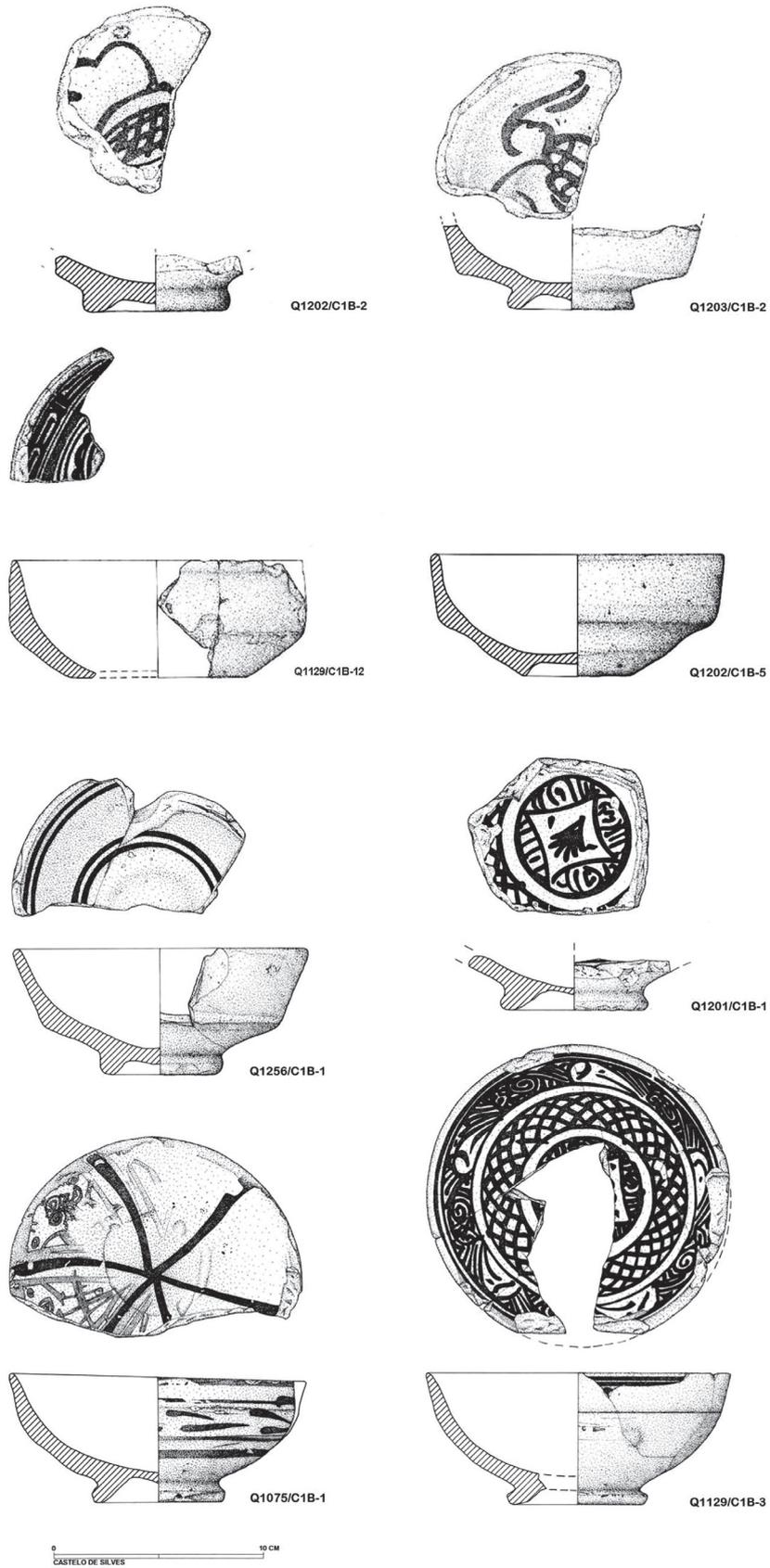
### 2.2.2 Cerâmicas

O espólio cerâmico encontrado no espaço onde identificámos a alcaidaria, relacionado com os primeiros tempos da sua ocupação, não é, por ora, muito numeroso, sendo constituído, maioritariamente, por peças esmaltadas, uma vidrada e as restantes possuindo pastas e superfícies de cor vermelha ou laranja.

Exumámos fragmentos pertencentes a pratos e a taças, com as superfícies esmaltadas de cor branca e que, em alguns exemplares, mostram, em uma ou em ambas superfícies, pintura na cor azul, dourada ou associando estas duas colorações.

Dois fragmentos de pratos mencionados indicam, dada a inclinação das paredes, que assentariam em fundo com ônfalo. Eles são similares a outros encontrados, em particular, no Poço-Cisterna, entulhado no século XVI, onde recolhemos fragmento (SILV. 1-146) que, embora com as superfícies vidradas, apresenta perfil semelhante ao exemplar exumado no Castelo (Q1075/C1B-5) (Gomes e Gomes, 1996, p. 156, 161). Daquele mesmo local provém, também, fragmento esmaltado que mostra, na parede interior, decoração pintada, na cor azul de cobalto, constituída por estreitas linhas concêntricas (SILV.1-44) (Gomes e Gomes, 1996, p. 175).

As taças que oferecem ambas superfícies esmaltadas de cor branca, assentes em fundo com ônfalo ou em pé anelar, são muito numerosas no Poço-Cisterna, muito embora os exemplares com decoração pintada, na cor azul de cobalto, constituam percentagem reduzida, sendo similares à peça encontrada na alcaidaria (Q1256/C1B-1) (Gomes e Gomes, 1996, p. 175). Deste arqueossítio provém fragmento de taça com marca



4. Cerâmica esmaltada e vidrada.

incisa na superfície exterior, aspecto que, igualmente, registámos em peças, taças e pratos, exumadas no interior do monumento mencionado (Gomes e Gomes, 1996, p. 62). Trata-se, de igual modo, de marcas de propriedade, que permitiam individualizar as peças, relacionando-se esse costume com aspectos de carácter sanitário, e que se manteve nos territórios ultramarinos, conforme documentam exemplares encontrados em Puerto Real, no Haiti (Deagan, 1987, p. 56).

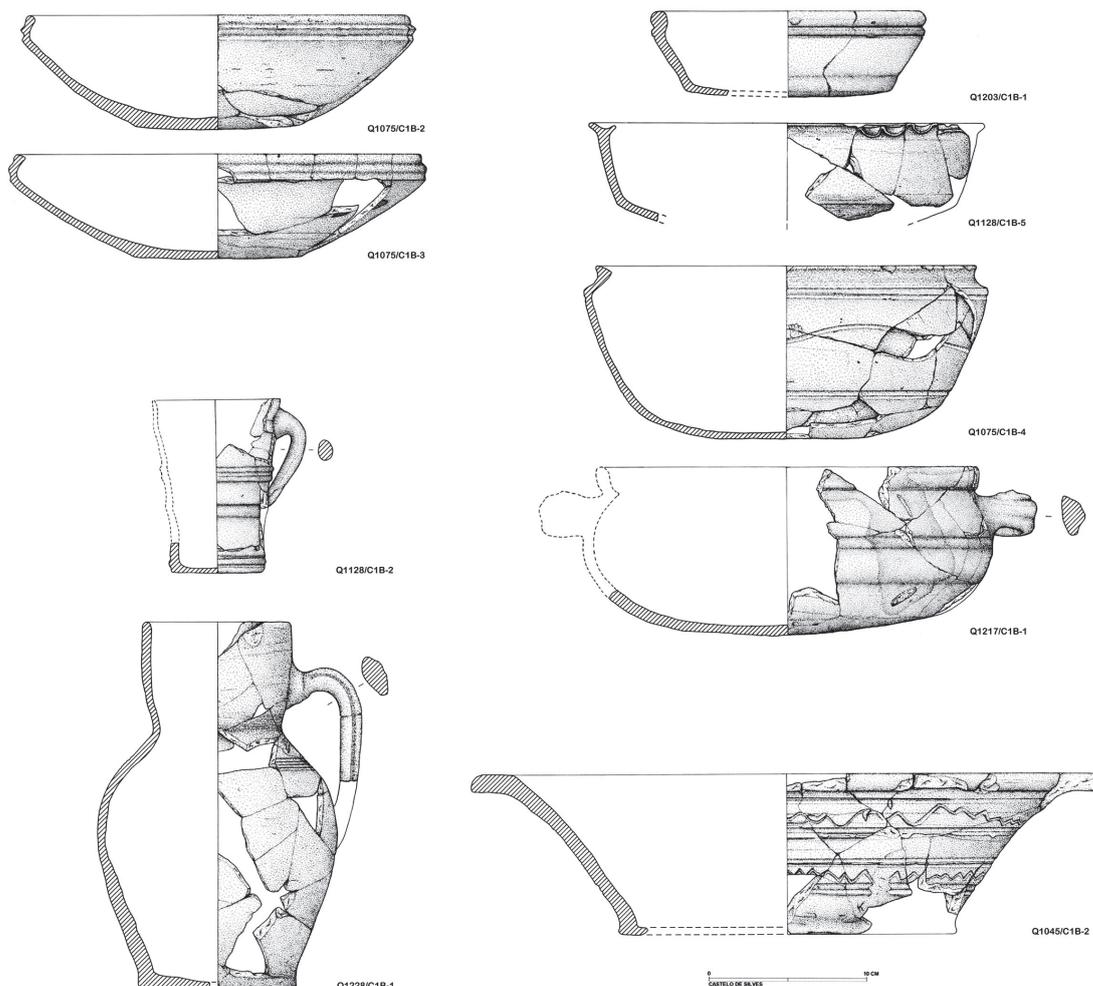
É possível que, conforme verificámos em relação às cerâmicas exumadas no Poço-Cisterna, os fragmentos de taça e de prato, que oferecem decoração na cor azul de cobalto possam ter sido produzidos nas oficinas sevilhanas de Triana, consideradas como pertencentes à segunda metade do século XV ou aos inícios do século XVI (Gomes e Gomes, 1996, p. 174). Ali se detectaram formas e decorações singelas, registadas em contextos arqueológicos sevilhanos, no

Sul de Portugal ou em territórios ocupados por portugueses e espanhóis, durante os séculos XV e XVI (Deagan, 1987, p. 107, 115; Redman, 1978, p. 254-258; Somé Muñoz e Huerte Cambra, 1999, p. 161).

O fragmento de taça carenada, assente em fundo côncavo, possuindo ambas superfícies vidradas, de cor castanha melada (Q1202/C1B-5), é similar a exemplar recolhido no sector nascente do Castelo de Silves, que mostra, também, ônfalo; muito embora apresente duas pequenas asas, opostas, com perfuração vertical (Gomes, 2003, p. 43, 44). Exemplares semelhantes foram exumados no Poço-Cisterna de Silves (Gomes e Gomes, 1996, p. 155).

Poderão ter ainda sido produzidos nas oficinas de Sevilha, as taças da alcaldaria cujos fragmentos, contendo porção de fundo e carena acusada, oferecem parte de motivo fitomórfico pintado de cor azul (Q1202/C1B-2; Q1203/C1B-2).

Silvia Costa



5. Cerâmica comum.

Os dois fragmentos de taças hemisféricas, com decoração na cor azul de cobalto, correspondendo um deles a perfil completo, mas a que falta parte do centro do fundo (Q1129/C1B-3) e outro de que dispomos, apenas, do fundo (Q1201/CB-1), podem ter pertencido a produções da mesma oficina, dadas as semelhanças formais e decorativas. Trata-se de cerâmicas importadas, das oficinas valencianas e, em particular, afins das produções de Paterna, conforme documenta exemplar recolhido nas escavações realizadas na rua de San Pedro, nas designadas Oficinas Menores, atribuído ao século XV. Todavia, o exemplar valenciano apresenta variante decorativa, constituída por semicírculos delimitando o motivo central, de igual modo losangular (Mesquita Garcia, 2002, p. 247). Variante decorativa desta mesma forma regista-se em peça existente no Museu de Cerâmica de Barcelona. Esta diferencia-se tanto das ocorrências de Silves, como da peça anteriormente referida, por oferecer, ao centro, motivo fitomórfico e em vez de quadriculado, preenchendo uma das cartelas, mostrar palmetas (Sánchez-Pacheco, 1996, p. 48).

Deve, também, integrar produção valenciana o fragmento de taça (Q1129/C1B-12), com carena acusada, contendo porção do bordo e decoração, na cor azul de cobalto e castanha violácea, constituída por motivos geométricos que intercalam com linhas horizontais e onduladas, conforme se observa em fragmentos de Paterna, atribuídos aos séculos XIV e XV (García Porras, 2009, p. 43, 44).

Outro fragmento de taça hemisférica (Q1075/C1B-1), proveniente da alcaidaria, exibindo decoração de reflexo metálico, representando a árvore da vida inserida em cartela, delimitada por motivo estelar, de cor azul, com seis grandes raios, encontra bons paralelos em exemplares existentes em Valência, no Museo Nacional de Cerámica y Artes Suntuarias González Martí. Este possui conjunto de fragmentos, atribuídos aos séculos XIV e XV, produzidos nas oficinas valencianas, do designado "grupo Pula" que, tal como o exemplar de Silves, oferecem seis raios pintados na cor azul, associados à decoração de reflexo metálico (García Porras, 2009, p. 79-81). Alguns daqueles apresentam, também, ornamentação, de reflexo metálico, na superfície exterior, conforme acontece com um dos fragmentos da alcaidaria (García Porras, 2009, p. 79).

Peça daquele mesmo museu, atribuída ao século XV, oferece tanto os seis raios, como a árvore da vida, pintada de cor azul, muito embora aquela se registe, apenas, em três das cartelas disponíveis (Rose-Albrechet, 2002, p. 85). O Museu Hyacinthe Rigaud de Perpilhão guarda conjunto, de taças hemisféricas, atribuído às oficinas valencianas do século XIII, que oferecem seis raios pintados na cor azul, delimitando cartelas, onde

árvores da vida intercalam com palmetas (Amigues, 2002, p. 62). Trata-se de recipientes com gramática decorativa rica, que obtiveram grande divulgação, tanto na Península Ibérica como no Norte de África, alcançando, nomeadamente, a Kasbah de Tunis (Daoulatli, 1978, p. 347).

Os níveis muçulmanos, dos séculos X e XII-XIII, do Castelo de Silves, entregaram alguns fragmentos de cerâmicas com as superfícies esmaltadas de cor branca e decoração de reflexo metálico ou de cor azul, técnicas decorativas cuja produção peninsular se deve àquela comunidade, tal como a iconografia que representa a árvore da vida ou a sua simbologia de carácter profilático (Gomes, 2003, p. 165, 166, 442).

No foral manuelino de Silves faz-se referência aos "*direitos d alfandega*" que teriam que ser pagos tanto pela cerâmica de "*mallega*", como pelos "*azullejos*", o que indica que a importação daquelas peças deveria ser frequente (Silva, 1993, p. 190, 191).

As cerâmicas que mostram as pastas e as superfícies nas cores vermelha ou laranja, correspondem a peças normalmente oriundas da produção local ou regional, apresentando leque diversificado de variantes, não só formais como decorativas.

Os alquidares constituem forma recorrente em Silves, pelo menos desde os séculos VII-VIII (Gomes e Gomes, 2003, p. 34, 44; Gomes, 2003, p. 479, 495) No entanto, o exemplar recolhido na alcaidaria oferece, na superfície exterior, decoração incisa constituída por linhas horizontais e onduladas, podendo estar relacionado com a produção de açúcar.

Uma das frigideiras ou tacho (Q1075/C1B-4), com carena alta, é semelhante a outra exumada em lixeira de casa do século XV de Silves (Gomes, Gomes e Cardoso, 1996, p. 42, 49). A frigideira possuindo duas asas horizontais no início do corpo (Q1217/C1B-1) pode constituir variante formal de exemplar exumado no Poço-Cisterna (SILV.1-155). Esta mostra corpo de forma troncocónica, bordo introvertido e duas asas sobre aquele (Gomes e Gomes, 1996, p. 153). A peça possuindo bordo bifido (Q1128/C1B-5) tem antecedentes remontando ao último nível de ocupação muçulmana do Castelo de Silves, registando-se também, naquela cidade, em contexto datado da segunda metade do século XIII (Gomes, 1988, p. 277, 278; Gomes, 2006, p. 125). O exemplar recolhido na alcaidaria pode corresponder a evolução de forma pré-existente.

### 3. A PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NA PENÍNSULA IBÉRICA E EM SILVES

Tem-se considerado que a cana-de-açúcar foi introduzida na Península Ibérica no tempo de *Ab-al-Rāhman I*,

efectuando-se a sua divulgação, ulteriormente, em todo o *al-Andalus* (Arié, 1987, p. 226).

O “*Calendário de Córdoba*”, do século X, fornece indicações sobre o cultivo daquela planta e Ibn Hyyāy, no século XI, indica as características dos terrenos onde ela se deve produzir; “*em terra arenosa e húmida da margem dos rios*” (Malpica-Cuello, 1995, p. 16).

Todavia, seria nos finais do século XII e nos inícios da centúria seguinte, com Ibn Al-‘Awwām, que temos mais referências sobre a plantação da cana-de-açúcar, “*em zonas expostas ao sol e próximas da água*”, assim como sobre a preparação do pão de açúcar, em “*moldes de cerâmica com forma especial*” (Clément-Mullet, 2000, p. 310-312). Estas formas podiam ser semelhantes aos exemplares recuperados em Couvoucle-Stavros que parecem ser, em termos formais, similares aos alguidares, com bordo extrovertido, paredes oblíquas e alongadas, possuindo orifício para purga do açúcar (Wartburg, 1995, p. 87).

A produção de açúcar, durante a Idade Média, não deve ter sido muito abundante dado que então era considerado artigo de luxo, utilizado preferencialmente com funções medicinais e vendido nas boticas. A sua grande divulgação ocorreu, a par da das especiarias, na Idade Moderna e deve-se, sobretudo, às Repúblicas Italianas e, em especial, a Portugal (Malpica-Cuello, 2008, p. 32, 34; Parreira, 1952, p. 17).

Os muçulmanos consideravam que o açúcar possuía propriedades medicinais, conforme nos indica Ibn Wāfid (m. 460/1067), na obra “*Kitāb al-Adwiya al-Mufrada (Livro dos Medicamentos Simples)*”, que transcreve a opinião de vários autores sobre aquele produto, sendo todos unânimes em o considerarem como bom, diluído em água, para o ventre, estômago, dores de vesícula e de rins ou, também, para os olhos (Aguirre de Cárcer, 1995, p. 167, 168; Gigandet, 1996, p. 126). O açúcar era, de igual modo, utilizado tanto na confecção de doces, como em certos pratos de carne cujas origens, segundo parece, seriam de influência persa (Rosenberger, 1998, p. 307).

A introdução da cana-de-açúcar, no actual território português, encontra-se, tradicionalmente, relacionada com a presença islâmica, indicando-se as cidades de Tavira e Silves como estando na origem daquela produção. Recuperámos na área urbana daquela segunda cidade (Arrochela) fragmento de forma de açúcar em nível datado por 14 C, no século X (Gomes, 2011, p. 158). A mais antiga referência documental que possuímos de tal actividade económica remonta ao reinado de D. Dinis (1279-1325), que recebia a dízima do açúcar, proveniente do Mediterrâneo, conforme consta no “*Inventário e Contas*” da sua Casa, valendo aquela cerca de cinquenta vezes mais que a do mel (Parreira, 1952, p. 18). Poderia tratar-se de produção cipriota.

A partir de 1404 já se plantava cana-de-açúcar no Algarve, pois em 16 de Janeiro daquele ano foi passada, por D. João I, carta de privilégio, a João da Palma, considerado pelo rei “*nosso servidor das nossas canas de açúcar*”, tendo em vista a sua produção em terreno coutado no sítio de Quarteira (Parreira, 1952, p. 18, 19). Ulteriormente, o mesmo rei assina carta, datada de 8 de Maio de 1409, de “*aforamento de uma horta, junto do muro da vila de Loulé para plantação de canas de açúcar*”, ao mesmo João da Palma, mas também a Nicolau de Palma e a Francisco de Palma (Parreira, 1952, p. 19).

Na Região Valenciana, por iniciativa régia, o cultivo da cana-de-açúcar regista-se em 1414 e em 1418 produzia-se com pleno rendimento (Malpica-Cuello, 2008, p. 35).

É possível que os conhecimentos obtidos nas produções açucareiras algarvias tivessem sido úteis para a implantação daquele produto na Ilha da Madeira. Assim, a 5 de Dezembro de 1452, foi assinado contrato, em Albufeira, entre o Infante D. Henrique e Diogo de Teive, seu escudeiro, para este poder construir na Madeira, “*onde mais lhe conviesse*”, engenho de açúcar, com a obrigação de “*entregar ao almoxarife de D. Henrique o terço do açúcar logo que fosse fabricado, tanto o das formas como o de panela*” (Parreira, 1952, p. 23). Recordemos que Albufeira se situa próxima da zona de Quarteira e de Loulé onde, como referimos, está documentada a plantação de cana-de-açúcar, em 1404 e 1409. A assinatura daquele contrato, em Albufeira, terá muito possivelmente permitido a Diogo de Teive observar e inteirar-se sobre a produção de açúcar.

Pensamos que junto a Silves podem ter existido terrenos, próximos do rio Arade, propícios para a plantação de cana-de-açúcar, de que previvem os topónimos “*Levada*”, junto daquela cidade, ou “*Vale de Engenho*”, localizado no actual concelho de Lagoa, que se registam, ainda hoje, na Madeira, relacionados com tal produção. O engenho de açúcar edificado junto à alcaidaria do Castelo de Silves deve constituir uma primeira experiência daquela produção que, dado o seu valor económico, se pretendia sigilosa e controlada, tal como parece ter acontecido, com as que mencionámos, em Chipre.

## SÍNTESE

Silves foi, até ao início da Modernidade, a capital do “*Reino do Algarve*”, sede de bispado e uma das mais importantes cidades da região. Por ela passaria via de comunicação que ligaria o seu território ao Baixo Alentejo e ao Reino de Portugal. Este facto foi, devidamente, assinalado por monumento, designado como Cruz de Portugal, mandado edificar pelo rei D. Manuel I e erguido junto ao caminho mencionado.

A alcaidaria, medieval e moderna, de que agora damos a conhecer parte das suas instalações, manteve-se bem conservada até, pelo menos, 1573, dado que, conforme referimos anteriormente, naquele ano ali terá pernoitado o rei D. Sebastião. Passados vinte e sete anos, em 1600, o Castelo estava abandonado e não existe referência à alcaidaria, o que indica que aquela estivesse destruída. A abóbada tombada que pusemos à vista, durante a escavação arqueológica realizada, sugere derrube devido a cataclismo, quicá o terramoto ocorrido em 1587, e que muito abalou o Barlavento do Algarve.

O espólio recolhido inclui oito numismas cunhados nos reinados de D. Afonso III, D. Dinis, D. João I e D. Afonso V e, em particular, cerâmicas. Estas, oferecem exemplares importados das oficinas sevilhanas e valencianas, possuindo cronologias compreendidas entre os séculos XIV e XV, podendo alguns deles atingir o século XVI. Trata-se de peças, com formas e técnicas decorativas, que, na época, seriam o que de melhor se produzia na Europa devido, em parte, à utilização do reflexo metálico, indicando a presença de elite social. A cerâmica comum, com cronologia similar, pertence a exemplares usuais naquele período.

Não nos podemos esquecer que apenas uma parte da alcaidaria foi intervencionada e que, sobretudo junto ao pano de muralha, as obras efectuadas, nos anos quarenta, pela DGEMN, devem ter removido estratos contendo espólios.

Só o prosseguimento dos trabalhos arqueológicos, naquele sector, poderá permitir uma melhor percepção não só da dimensão da alcaidaria como dos artefactos ali utilizados no quotidiano, pelos seus ocupantes, ao longo de apreciável diacronia (séculos XIV-XVI).

Apesar do Infante D. Henrique ter falecido decorridos três anos após ter sido nomeado alcaide-mor de Silves, pensamos que, pelas razões indicadas, se houve sítios onde efectivamente aquele permaneceu, um deles foi na sua alcaidaria. Naquela local terá promovido os primeiros “ensaios” referentes à produção de açúcar, que controlaria e promoveu, inicialmente no Algarve e depois na Ilha da Madeira. Os restos do engenho que descobrimos, constituem importante testemunho de actividade que viria a ter enormes repercussões económicas e sociais nas centúrias seguintes.

## BIBLIOGRAFIA

- ARIÉ, R. (1987) – España Musulmana (Siglos VIII-XV). In *Historia de España*. Madrid: Ed. Labor, n.º III, 558 p.
- AGUIRRE DE CÁRCER, L. F. (1995) – *Ibn Wāfīd (m. 460/1067) Kitāb Al-Adwiya Al-Mufrada (Libro de los Medicamentos Simples)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 496 p.
- AMIGUES, F. (2002) – Las importaciones de cerámicas doradas valencianas de los talleres de Paterna en el Languedoc-Rosellón. In *La Cerámica de Paterna Reflejos del Mediterráneo*. Valencia: Museo de Bellas Artes de Valencia. p. 58-82.
- CLÉMENT-MULLET, J. J. (2000) – *Ibn Al-'Awwām, Le Livre de l'Agriculture Kitāb Al-Filāha*. Arles: Thesaurus, 1027 p.
- DAOULATLI, A. (1978) – Céramiques andalouses à reflets métalliques découvertes à la Kasbah de Tunis. In *La Céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale*. Valbonne: C.N.R.S., p. 343-357.
- DEAGAN, K. (1987) – *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800*. London: Smithsonian Institution Press. 222 p.
- GARCÍA PORRAS, A. (2009) – *La Cerámica en Azul y Dorado Valenciana del Siglo XIV e Inicios del XV*. Valencia: Amigos del Museo Nacional de Cerámica y Artes Suntuarias González Martí. 196 p.
- GIGANDET, S. (1996) – *Ibn Halsūn Le Livre des Aliments (Kitāb Al-Agdiya) Santé et Diététique chez les Arabes au XIIIe Siècle*. Damas: Institut Français de Damas. 139 p.
- GOMES, M. V. (2009) – Cerâmicas e outros artefactos medievais, do Castelo de Loulé. In *Al-Ulyā*. 13, p. 53-80.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. e CARDOSO, J. L. (1996) – Aspectos do quotidiano numa casa de Silves, durante o século XV. In *Xelb*. 3, p. 33-78.
- GOMES, M. V. e GOMES, R. V. (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV a XVI, do Poço-Cisterna de Silves. In *Xelb*. 3, p. 143-205.
- GOMES, M. V. e GOMES, R. V. (2003) – Cerâmicas Alto-Medievais de Silves. In *Actas das 3<sup>as</sup> Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. p. 23-47.
- GOMES, R. V. (1988) – Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves. *Xelb*. 1, 294 p.
- GOMES, R. V. (2003) – *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andalus - A Alcáçova*. Trabalhos de Arqueologia. Lisboa: I.P.A. 35, 525 p.
- GOMES, R. V. (2006) – *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andalus - O Núcleo Urbano*, Trabalhos de Arqueologia. Lisboa: I.P.A. 44, 224 p.
- GOMES, R. V. (2009) – O Castelo de Silves – Contributos da investigação recente. In *Xelb*. Silves. 9, p. 477-488.
- GOMES, R. V. (2011) – *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb al-Andalus. A Zona da Arrochela. O Espaço e o Quotidiano*. Trabalhos de Arqueologia. Lisboa: I.P.A. 53, 411 p.

- IRIA, A. (1989) – *Itinerário do Infante D. Henrique no Algarve*. Lisboa: Casa do Algarve. 84 p.
- MALPICA CUELLO, A. (1995) – Medio físico y territorio: el ejemplo de la caña de azúcar a finales de la Edad Media. In *Paisajes del Azúcar*. Granada: Diputación Provincial de Granada. p. 11-40.
- MALPICA CUELLO, A. (2008) – La caña de azúcar y la producción azucarera desde el mundo mediterráneo a las islas atlánticas. Una interpretación de «modelos». In *Azúcar. Los Ingenios en la Colonización Canaria (1487-1525)*. Tenerife: Museo de Historia y Antropología de Tenerife. p. 27-40.
- MARTINS, I. M. P. (1984) – *O Castelo de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé.
- MESQUITA GARCÍA, M. (2002) – Las alfarerías de Paterna en la Edad Media y Renacimiento. In *La Cerámica de Paterna Reflejos del Mediterráneo*. Valencia: Museo de Bellas Artes de Valencia. p. 16-34.
- PARREIRA, H. G. de A. (1952) – *História do Açúcar em Portugal*. In *Anais, Estudos de História da Geografia da Expansão Portuguesa*. Lisboa: vol. VII, t. I, 321 p.
- PEREIRA, F. M. E. (1915) – *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I, composta por Gomes Eannes de Zurara*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. 341 p.
- REDMAN, C. L. (1978) – Late medieval ceramics from Qsar es-Seghir. In *La Céramique Médieval en Méditerranée Occidentale*. Valbonne: C.N.R.S. p. 251-263.
- ROSE-ALBRECHET, J. (2002) – Les productions de l'Occident, la diffusion des innovations techniques. In *Le Calife, Le Prince et le Potier*. Lyon: Musée des Beaux-Arts. p. 66-115.
- ROSENBERGER, R. (1998) – A cozinha árabe e o seu contributo para a cozinha europeia. In *História da Alimentação. I – Dos Primórdios à Idade Média*. Lisboa: Ed. Terramar. p. 305-323.
- SÁNCHEZ-PACHECO, T. (1996) – *Cerâmica Espanhola, dos Árabes a Miró*. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo. 143 p.
- SILVA, M. S. (1993) – *Forais de Silves*. Silves: Câmara Municipal de Silves. 270 p.
- SOME MUÑOZ, P. e HUERTE CAMBRA, R. (1999) – La cerámica moderna en el Convento del Carmen (Sevilla). In *Arqueología Medieval*. 6, p. 160-171.
- SOUSA, J. S. de (1991) – *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*. Lisboa: Livros Horizonte, 559 p.
- WARTBURG, M-L. von (1995) – Desing and technology of the medieval refineries of sugar cane in Cyprus. A case of study in industrial archaeology. In *Paisajes del Azúcar*. Granada: Diputación Provincial de Granada. p. 81-116.
- SJA (1948) – *Castelo de Silves*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. 51, 29 p., 38 figs.